

SOUKI, Nádia – *Behemoth contra Leviatã. Guerra Civil na Filosofia de Thomas Hobbes*. São Paulo: Loyola, 2008, 267 pp.

Uma verdade incontestável: os fundamentos da soberania e do Estado é um dos problemas maiores da filosofia política de Hobbes. No entanto, poucos têm se aventurado, até agora, a fazer a genealogia desse truísmo. Uma vez que Nádia Souki se dispõe a realizar essa tarefa, a importância e originalidade de seu livro já estão asseguradas.

Mas em que consistiria essa genealogia? Tratar-se-ia de examinar as condições de possibilidade da formulação dessa pergunta (a dos fundamentos da soberania e do Estado) no pensamento hobbesiano, o que requer a adoção (como faz a autora) de duas linhas de investigação: por um lado, uma análise interna da obra, o que significa identificar nos textos de Hobbes como se estrutura o problema da origem do Estado; por outro lado, é preciso remeter o pensamento de Hobbes ao momento histórico a que pertence. Servir-se dessa dupla metodologia apresenta a vantagem de evitar dois conhecidos reducionismos: o purismo conceitual (a assepsia da obra) e o historicismo (a história como chave interpretativa). Além de mostrar a permeabilidade da filosofia política de Hobbes à realidade política na qual ela foi produzida, esse procedimento demonstra que no coração de sua ciência civil va-

mos encontrar a questão política crucial de seu tempo: o conflito dentro do Estado que leva à dissolução da ordem política, isto é, a guerra civil.

Antes, porém, de nos determos nessas considerações, vale a pena examinar como a autora coloca o problema que pretende enfrentar. As duas imagens bíblicas mobilizadas por Hobbes, o Behemoth e o Leviatã, simbolizam o tema central de seu pensamento filosófico: a constante possibilidade da ordem se desintegrar no caos. Ambas as figuras estão presentes no livro de Jó e representam animais de força descomunal. Behemoth, animal terrestre (identificado como um hipopótamo), é o símbolo do caos, enquanto Leviatã, animal marinho (por vezes reconhecido como um dragão, um crocodilo ou uma baleia), representa a ordem política. Mas qual é a força desses símbolos? Não escapa a Nádia Souki, conhecedora do livro de Carl Schmitt sobre Hobbes, que a utilização dessas figuras cumpre mais do que uma função retórica ou elucidativa. Elas expressam os pontos limites que organizam o espaço da reflexão hobbesiana: do caos à ordem, da ordem ao caos. Sendo assim, ela pode tomar como seu objeto de investigação a relação entre Behemoth e Leviatã, ou seja, entre o Estado soberano e a guerra civil (p. 15). Hobbes não deixa dúvida acerca da natureza conflitiva dessa relação, mas qual é o vencedor dessa disputa? Essa pergunta, no entanto, tem de ser complementada por uma

outra, de caráter propriamente “epistemológico” (como diz a autora) e que anuncia o que está em jogo no livro, isto é, anuncia a tese desenvolvida. A pergunta é: “Qual foi a primeira preocupação teórica de Hobbes, o Estado ou a guerra? Ele construiu uma filosofia do Estado, primeiramente, para depois teorizar sobre a guerra ou foi justamente a experiência da guerra que o fez buscar a compreensão sobre a questão da sobrevivência e da conservação do Estado?” (pp. 15-6).

Nádia Souki acredita na anterioridade lógica e cronológica do problema da guerra no pensamento de Hobbes. No que concerne ao cronológico, não bastasse a experiência da guerra na origem dos textos políticos, ela lembra ainda que a primeira publicação de Hobbes (sua tradução da *Guerra do Peloponeso*, de Tucídides) trata precisamente da guerra civil. Mas se a guerra é a questão primeira, será também a derradeira, tema da última obra de Hobbes, o *Behemoth*. “Portanto, nas duas pontas de seu trabalho político encontra-se a mesma preocupação: a guerra civil” (p. 16). A cronologia evidencia um elemento de continuidade no pensamento hobbesiano, reforçando a convicção de que a filosofia do Estado tem de ser compreendida à luz da filosofia da guerra. É preciso ressaltar ainda que o livro de Nádia Souki realiza o entrecruzamento entre a cronologia e a lógica porque vai adotar a estrutura que a cronologia dispõe para enfrentar os problemas conceituais de Hobbes. A unidade presente na obra de Hobbes é duplicada no texto de Nádia. Em uma ponta, ela parte do conceito de guerra civil de Tucídides (a *stasis*)

para iniciar sua análise de Hobbes. Em outra ponta, de modo retrospectivo, a leitura do *Behemoth* irá iluminar a do *Leviatã*.

Sendo assim, o primeiro capítulo do livro vai tratar do conflito interno, o que na língua de Tucídides era chamado de *stasis*. À primeira vista essa escolha pode parecer problemática porque Hobbes não parte da guerra civil em seus tratados de política. Ao aplicar o método resolutivo-compositivo, ele inicia suas conjecturas sobre a origem do Estado pela condição natural, isto é, o estado de natureza. A *stasis* viria depois, formando uma espécie de sombra do corpo político: ela é a possibilidade sempre presente de dissolução da ordem no caos. No livro de Nádia, contudo, a dificuldade se resolve por meio da identificação entre guerra civil e estado de natureza. O que justifica tal identificação? A sugestão de Nádia é tomarmos o estado de natureza como uma “simulação teórica” (p. 35). Ora, essa simulação não é outra coisa a não ser a aplicação do método resolutivo, quer dizer, ela decorre do procedimento analítico no qual tomamos as relações entre os homens em uma condição apolítica: “... a principal idéia comunicada pelas palavras ‘estado de natureza’ é a da relação entre os homens, tais como eles seriam se seus comportamentos não fossem controlados por uma organização política baseada em contratos” (p. 34). Esse, porém, é somente o primeiro aspecto da convergência entre as noções de “guerra civil” e de “estado de natureza”. Nádia Souki dá um passo adiante quando ressalta que, além da resolução, Hobbes apela para a experi-

ência psicológica no conhecimento do estado de natureza. Ela afirma que “as disposições do homem natural são inferidas de observações psicológicas contemporâneas da cena política que circunda o observador, que, ao movimentar seu olhar para dentro e para fora simultaneamente, como em um jogo, pode tentar compreender a realidade e suas circunstâncias” (p. 35). A observação interna complementa, portanto, o procedimento analítico e permite um conhecimento individual dos elementos que caracterizam o homem na condição natural. Mas é importante fazer notar que a observação interna é acompanhada da reflexão sobre os acontecimentos externos, o que reintroduz a guerra civil na ordem argumentativa não mais como um conceito formado a partir da dedução e sim como uma realidade política concreta. A Guerra Civil Inglesa aparece, então, como um fator decisivo na construção da hipótese teórica do estado de natureza. Ao mesmo tempo, este deixa de ser uma mera hipótese para se tornar uma realidade política, virtual para todos os corpos políticos e real nas relações internacionais. Estão aparadas as arestas que impediam a sobreposição da guerra civil ao estado de natureza. Souki pode, enfim, afirmar que o conceito de estado de natureza é “o outro nome da guerra civil” (p. 36).

Não é difícil perceber a importância dessa argumentação para a tese desenvolvida no livro. A identificação entre os conceitos transforma a guerra civil em um “conceito fundador” (p. 36) da filosofia política hobbesiana. A partir daí, fica claro que a análise histórica ganha um novo *status* na ciência civil. Não se

deixando mais reduzir a uma exposição descritiva, a história adquire valor epistêmico, permitindo compreender a natureza do objeto de investigação científica, isto é, o corpo político. O livro *Behemoth* pode legitimamente ser colocado em pé de igualdade com relação às demais obras políticas de Hobbes. Mas qual será seu papel específico no sistema hobbesiano?

Para responder a essa questão, Nádia Souki acredita ser necessário realizar um mapeamento lexical, uma filologia da língua hobbesiana que nos capacitará a nos movimentar com mais desenvoltura em seu emaranhado conceitual. Trata-se, então, de reconstruir o “vocabulário da guerra”. Encontramos nesse capítulo uma fina análise dos termos-chave que compõem o campo semântico da guerra: “dissolução”, “sedição”, “facção”, “revolução”. Essa análise é, ao mesmo tempo, a retomada do significado histórico desses conceitos e o estudo de sua aplicação nos textos de Hobbes (ou de como Hobbes deles se apropria). O pano de fundo histórico não desaparece, uma vez que esses conceitos são confrontados com a turbulenta realidade política da Inglaterra dos anos 1640. Esse capítulo mostra de forma exemplar como a guerra civil inglesa é percebida pelos homens de seu tempo como um evento excepcional cuja compreensão exige a renovação do vocabulário político. A filosofia política de Hobbes emerge nessas circunstâncias e, para fazer sobressair sua originalidade, é importante mostrar o quanto o *Behemoth* se distancia das demais interpretações desses eventos históricos. Hobbes partilha com seus contemporâneos o interes-

se em compreender a guerra civil. Sua análise, porém, traz a marca de seus escritos anteriores: a autonomia e independência intelectuais. Por isso Souki pode dizer que Hobbes é “antes de tudo um crítico da ortodoxia” (p. 105).

Uma vez delimitado o campo semântico e destacado o fundo histórico em que é forjada a interpretação da guerra civil, Nádia Souki vai aprofundar, no terceiro capítulo, a análise das circunstâncias em que o *Behemoth* foi escrito. Mas não se trata de um capítulo histórico. A autora deixa claro que não é sua preocupação “testar a pertinência” dos julgamentos de Hobbes sobre a revolução inglesa (p. 119). Em vez disso, o que a interessa é “o conceito de guerra civil em Hobbes e o papel que tal conceito desempenha em sua política” (p. 120). A realização dessa tarefa não pode dispensar a discussão acerca do lugar e da função da história no pensamento de Hobbes.

De modo bastante esquemático, podemos dividir o capítulo três em três partes. Na primeira, a preocupação maior é mostrar a mudança na concepção de história em Hobbes, desde sua fase humanista até a maturidade intelectual. O Hobbes tradutor de Tucídides confere um grande valor ao trabalho do historiador, pois cabe a ele educar os homens, ensinando-os – por intermédio dos relatos das ações dos grandes homens e dos acontecimentos políticos – a prudência e a previdência, mas também a verdade moral e política. Essa incumbência pedagógica, no entanto, é maiormente atribuída ao filósofo após 1640 porque a verdade e a certeza migram do campo da narrativa histórica para o da ciência e o que se

espera da exposição da verdade não é mais a prudência e sim a compreensão da necessidade de obedecer. Quarenta anos após a publicação da tradução de Tucídides o quadro estará alterado. Souki demonstra a existência de uma “complementaridade entre história e ciência” no *Behemoth* (p. 123). Mas em que consiste essa “complementaridade”? Passamos, então, à segunda parte de nossa arbitrária divisão do terceiro capítulo.

Para Nádia Souki, o “fio contínuo” que liga o *Behemoth* às obras de filosofia política propriamente ditas está “menos no método do que no conteúdo” (p. 134). No que diz respeito ao “conteúdo”, podemos depreender das análises deste capítulo que o mesmo problema que anima as obras políticas está no centro das preocupações do livro sobre a Revolução Inglesa, isto é, “os governos imperfeitamente constituídos e as causas da guerra civil” (p. 135). Por essa razão, torna-se evidente que os motivos subjacentes são os mesmos: “mostrar que a pior catástrofe é a guerra civil e, que, por isso, é imperativo buscar formas de prevenir uma guerra civil futura” (p. 135). Mas como pode um texto sobre a história atingir os mesmos objetivos epistemológicos e políticos de um tratado de ciência civil? Por um lado, a incorporação de elementos retóricos torna-se imprescindível (isso, contudo, não é próprio da historiografia. Como demonstrou Quentin Skinner, também no *Leviatã* Hobbes se serve fartamente das figuras e procedimentos retóricos). Por outro lado, o material histórico recebe um tratamento

científico, na medida em que a historiografia é “concebida segundo o princípio da ciência política” (p. 134). Vale dizer, o leitor deve extrair uma compreensão científica das causas dos eventos narrados e a partir daí nutrir sua “prudência pragmática”. Ora, essa “prudência” pode também ser entendida como o reconhecimento da necessidade da obediência ao poder estabelecido. E o que fundamenta essa necessidade? Nos tratados de ciência civil, a miséria causada pelos excessos da liberdade natural; no *Behemoth*, os infortúnios da guerra civil. Como vemos, é a aproximação entre estado de natureza e guerra civil, efetuada no primeiro capítulo do livro de Nádia Souki, que suporta a complementaridade entre o *Behemoth* e as obras políticas. Essa é a razão pela qual a autora pode concordar com Luc Borot quando este afirma que “a história é o laboratório do filósofo hobbista, assim o *Behemoth* é a face prática do *Leviatã*” (p. 133). O interesse epistemológico da história não se sobrepõe ao interesse político.

A terceira parte do capítulo três vai abordar inicialmente o contexto da edição do *Behemoth* para, em seguida, iniciar a discussão sobre as causas da sedição que será pormenorizada no quarto capítulo. Dentre os diversos tópicos aí tratados, gostaríamos de chamar a atenção para o que concerne à função da opinião na vida política. Como Souki observa, o forte vínculo entre opinião e obediência é afirmado em todos os tratados políticos de Hobbes. Contudo, no *Behemoth* “Hobbes radicaliza o papel conferido à opinião ao sustentar que o homem é capaz de morrer por suas

opiniões, mesmo as ilógicas” (p. 151). Ao destacar esse ponto da argumentação de Hobbes, Souki pode desenvolver uma cuidadosa análise do problema da irracionalidade na política (em uma perspectiva hobbesiana), análise que vai se estender ao último capítulo. A ênfase na irracionalidade permite deduzir, se não uma outra antropologia, ao menos uma nova concepção de homem na teoria hobbesiana, diferente daquela com a qual estamos acostumados que afirma que os homens sempre são movidos pelo interesse egoísta e pelo cálculo. É precisamente essa abordagem do “ator racional” que, segundo Nádia Souki, é colocada em questão no *Behemoth* (p. 152). Para a autora, é preciso extrair todas as conseqüências da introdução dessa outra perspectiva. E ela o faz.

Com efeito, ao desestabilizar a imagem do homem como *animal calculador*, abre-se uma série de problemas na teoria hobbesiana ainda não muito explorados pelos comentadores. Por exemplo, todos sabemos que, para Hobbes, a função primeira do Estado é proteger os cidadãos fazendo vigorar as leis e punindo os infratores. Mas raramente perguntamos como essa função pode ser cumprida, isto é, pouco nos interessamos pela prática de governo. E, contudo, Hobbes (já no *Leviatã*, especialmente a partir do capítulo XXV) considera essa questão. Para assegurar a ordem é preciso, além de informar os cidadãos qual é a lei, *educá-los*. O que o livro de Nádia Souki vai explorar na última parte do capítulo e em todo o capítulo quatro (o último) é o tema da batalha pelas almas; luta travada no interior do corpo político e de

cujo desfecho dependerá sua saúde. Essa parte do livro nos revela, então, a limitação, no interior da filosofia política de Hobbes, do *mecanicismo*. Se a “física política” dos primeiros livros do *Leviatã* permite compreender a gênese, a matéria, a forma e o poder do Estado, resta complementá-la com uma reflexão sobre a experiência política, sobre a realidade política que não obedece (nem jamais obedecerá) as leis imutáveis da geometria. Hobbes detecta no *Leviatã* essa opacidade da realidade política, reconhece a resistência que a matéria humana oferece aos ditames da razão e enfrenta o problema da formação das almas, sobretudo nos livros três e quatro. Mas aí o terreno em que é travada a luta contra a “sedução, a tolice e a loucura” é o teológico. Em contrapartida, no *Behemoth*, não desconsiderando o âmbito teológico, Hobbes situa a discussão no campo dos acontecimentos históricos. Mas não qualquer acontecimento. Trata-se de uma sangrenta guerra civil que cindiu a Inglaterra, que produziu um forte abalo nos alicerces da vida política inglesa. Nádia Souki nos mostra que essa é a ocasião propícia para Hobbes confrontar sua teoria política com a realidade e por causa disso podemos nos dar conta da grandeza do pensamento de Hobbes. A história não é deduzida de sua filosofia. Ela a alimenta e a faz experimentar seus limites. Parece fora de dúvida, então, que o livro de Nádia Souki tem o grande mérito de nos apresentar um Hobbes mais rico, mais fecun-

do, um *pensador político* de grande envergadura e não somente um teórico que domestica a realidade e resolve com o esquadro os problemas do mundo. Porém, ainda há mais.

Voltemos ao início desta resenha, ao tópico da identificação entre estado de natureza e guerra civil. Embora esta identificação não vá sem problemas (talvez o maior deles seja o de enfraquecer a função epistêmica da noção de estado de natureza ao reduzi-la a uma “advertência”), ela concede uma identidade a Hobbes: a de pensador “pacifista” (pp. 253-4). Levando em conta a argumentação desenvolvida ao longo do livro, esta afirmação está correta. Isso porque a identificação entre estado de natureza e guerra civil transforma Hobbes em um pensador da guerra. Pensar a guerra não pode constituir, por si só, uma finalidade para a filosofia política hobbesiana, uma vez que ela se apresenta, desde suas primeiras formulações, normativamente orientada: a filosofia deve trazer a paz. E não é possível alcançar esse objetivo sem colocar no centro de suas preocupações as causas que levam à perturbação da paz. A paz não é, portanto, um dado natural, mas um fim que almejamos e que temos de construir. A paz, como o Estado, é um artifício; cabe aos homens o trabalho de protegê-la.

Helton Adverse
(Departamento de Filosofia da
UFMG)